



GÊNERO, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA: AS GUARDIÃS DA VIDA NOS QUINTAIS EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO BERNARDO MARIN II¹

SILVA, Jardel Sousa da²; SANTOS, Camila Dutra dos³

² Graduado em Geografia/Bacharelado, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, jardel.silva@aluno.uece.br

³ Professora adjunta do Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, camilageo@hotmail.com

RESUMO

Historicamente, as estruturas sociais misóginas inibiram a participação das mulheres nos mais variados espaços de poder. A partir de uma série de conquistas, estas vêm ocupando os mais variados territórios, na busca de garantir a igualdade dos seus direitos. No campo, o trabalho da mulher camponesa, se territorializa na roça, na casa, nos quintais agroecológicos ou em transição. Desse modo, nos propomos a compreender os territórios/territorialidades que se formam a partir do trabalho das mulheres sob a perspectiva da agroecologia. Nesse sentido, refletimos estas discussões no Assentamento Bernardo Marin II (Russas/CE). Para a realização da pesquisa trilhamos alguns caminhos, como levantamento bibliográfico, trabalhos de campo e conversas com as mulheres que construíram conosco este trabalho. A partir do estudo, ficou evidente que a luta, a resistência, o cotidiano e o trabalho da mulher camponesa revela-se de extrema importância para o território, configurando-as como guardiãs e mantenedoras dos quintais agroecológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Quintais Agroecológicos. Território. Assentamento Bernardo Marin II.

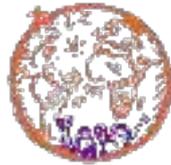
INTRODUÇÃO

O espaço agrário se constitui através de variadas dinâmicas socioespaciais, permeadas pela diversidade de povos, culturas e sujeitos sociais, que se (re)produzem no território no qual as relações sociais também estão atreladas à divisão sexual do trabalho. Há de se ressaltar que essa opressora cultura, imposta pelas estruturas que formam a sociedade conservadora e baseada no “modelo tradicional da família nuclear burguesa” (OSTERNE, 2001, p. 53), definiu os espaços de trabalho tanto no campo como na cidade.

Rediscutir as estruturas machistas que permeiam a sociedade, assim como ressaltar a discussão para o espaço agrário, é compreender e questionar os processos opressores sob as mulheres que designaram historicamente os lócus de trabalho permeados pelo poder. Esse processo histórico precisa ser reavaliado em um processo visibilizador da história das mulheres, sobretudo, no campo. Afinal, o protagonismo da mulher na agricultura ocorre desde quando, no período neolítico, os povos começaram a se identificar com os territórios e, por conseguinte, se fixar, tendo como uma de suas práticas a domesticação das plantas, florescendo assim o surgimento da agricultura.

Voltando alguns decênios na história, a agricultura surge no período neolítico, há cerca de 10.000 anos a.C., com a percepção da humanidade sobre o ato de semear os grãos dos alimentos que eram coletados na natureza para sua subsistência. Desde esse período, a mulher desempenhou um papel fundamental para a reprodução dessa atividade, haja vista ser a maior dedicação do seu tempo no cuidado e manutenção das espécies de plantas e animais, como asseguram Mazoyer e Roudart (2010). Nesse sentido, os sujeitos foram desenvolvendo-se, tendo nas atividades relacionadas à agricultura, uma das suas principais formas de reprodução. As relações sociais foram se construindo, havendo a fixação desses

¹ Resultado das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território.



povos nos territórios, com a constituição de uma série de fatores relacionados à divisão de tarefas.

Apesar da dominação masculina, o papel da mulher na sociedade vem se construindo coletivamente, organizado na luta pela igualdade de direitos, através, dentre outras atividades, da ocupação de espaços que eram historicamente protagonizados pelo gênero masculino. Isso se deu, sobretudo, como “fruto da luta feminista que ocorre no Ocidente, por volta do século XVII, com a revolta das mulheres sobre o tratamento discriminatório dado pela sociedade” (MELO, 2003, p. 16).

No campo, o protagonismo da mulher se torna ascendente, à medida que estas seguem atuando na luta contra o latifúndio, no processo de luta pela reforma agrária popular, pela igualdade de gênero no campo e na defesa do território, a partir, também, do trabalho das mulheres na agricultura, a fim de construir um Projeto Popular para o campo, sem exclusão, no qual as mulheres retomam espaços tanto do ponto de vista da militância quanto do trabalho, haja vista que o debate acerca do trabalho da mulher, o papel do emprego precarizado, as formas de resistência produtiva e cultural, a reapropriação e a reafirmação do território e os mitos do emprego e do desenvolvimento se entrecruzam nas visões e experiências das mulheres no seu cotidiano de trabalho (SILVA, 2014, p. 194).

Nesse sentido, as novas dinâmicas expressas no espaço agrário, sobretudo na agricultura, destacam-se através da valorização da relação humano-natureza, permeadas pelo saber das comunidades ribeirinhas, quilombolas, camponesas e de pescadores(as), na busca de um projeto emancipador e socialmente democrático baseado na resistência camponesa e nas práticas agroecológicas. Segundo Caporal (2009), o conhecimento popular, as experiências e as vivências dos povos e comunidades tradicionais, tem sido de fundamental importância para pensar o campo teórico-metodológico na ciência agroecológica enquanto movimento e práxis social.

Desse modo, para Siliprandi (2009) a agroecologia se constitui como um conjunto de disciplinas científicas, por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os agrossistemas, no qual se pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura capitalista e desenvolvimento rural, permitindo a implantação de estilos de agriculturas com maior nível de sustentabilidade. Assim, “a agroecologia não é algo novo, criado a partir da ciência moderna, mas vem da ancestralidade dos processos produtivos da prática camponesa, que é de aprender com a natureza e suas formas” (SANTOS, 2013, p. 12), portanto, se configura como processos relacionados a soberania alimentar, a relação adequada com a natureza, livre de injustiça ambiental e da exploração do trabalho(a), assim:

Os princípios da agroecologia se baseiam em três: ser socialmente justa, economicamente equitativa e ambientalmente responsável. Para tal não é necessário a desvinculação somente ao uso de agrotóxicos e adubos transformados, mas também a associação a relações sociais que implicam no reconhecimento de uma produção agroecológica (SANTOS, 2013, p. 13).

Os povos do campo sempre desenvolveram suas atividades a partir da relação harmônica com a natureza, sobretudo, a partir do modo diferenciado de apropriação da mesma, materializado nas ações de manejo dos solos, com a não utilização de agrotóxicos, na prática do bem viver e da conservação da diversidade étnico-cultural, sob a proposta de causar o menor impacto ambiental no território. Nesse



sentido, é válido ressaltar e problematizar que as relações sociais, no espaço agrário, se constituíram ancoradas na hierarquia patriarcal, que causa uma série de desigualdades de gênero e étnico-raciais, principalmente, na opressão sobre as mulheres.

Estas estruturas patriarcais contribuíram para o processo de invisibilização do trabalho da mulher e para as desigualdades de direitos em relação aos homens. Segundo Melo (2003), as desigualdades sociais de gênero, que se expressam nas diversas formas de injustiça contra a mulher, também estão presentes na esfera do trabalho, que repercute também sobre o labor das camponesas. Os estudos propostos por Carneiro (1981), na perspectiva da divisão sexual do trabalho na agricultura, sugerem que os papéis dos homens e das mulheres são definidos e desvalorizados no âmbito das atividades realizadas pelas mulheres, sendo demarcados pela roça e o trabalho reprodutivo em casa. A autora delimita a casa, a roça, a criação e o quintal como espaços de vivências das relações de gênero entre homens e mulheres na perspectiva do trabalho.

Ainda sobre o referido estudo, a roça é definida como o território essencialmente do homem no qual se encontra a área plantada. Já a casa é designada como o território da mulher responsável pela administração do lar no qual sua relação de poder é maior. A criação e o quintal são de comum uso pelo homem e pela mulher no cuidado com os animais e outras atividades. A realidade apresentada por Carneiro (1981) vem mudando. As mulheres ocupam diversos espaços no campo, sendo protagonistas em inúmeras atividades relacionadas à agricultura, inclusive nos quintais agroecológicos. Haja vista, a mulher camponesa, historicamente, desempenhar um papel fundamental no processo de guardiã dos alimentos, uma vez que sua relação com a agricultura está atrelada também à soberania alimentar de sua família. Nesse sentido Fisher (2006, p. 42) discute que a mulher:

Sempre participou do espaço público, especialmente na produção de sobrevivência, como histórica guardiã da cadeia alimentar. Tratava-se de uma longa convivência, uma vez que as mulheres não só descobriram a agricultura, mas também promoveram a primeira revolução técnica ao criarem o moinho para triturar os grãos.

Nesse debate, refletimos sobre o Assentamento Bernardo Marin II - localizado no município de Russas, inserido na região do Baixo Jaguaribe, leste do Ceará, fruto do processo de luta e resistência da camponesa, junto ao Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra – MST, que se faz presente há 14 anos, desde a titulação da terra em 2004. A partir dessa reflexão, esse texto se propôs a compreender os territórios/territorialidades do trabalho das mulheres nos quintais em transição agroecológica no Assentamento Bernardo Marin II.

Assim, defende-se que o território de vivência desta pesquisa-ação, “também é território de mulher”. Ressaltamos com isso a importância desempenhada pelas mulheres camponesas nas atividades vinculadas ao trabalho no Assentamento Bernardo Marin II, sobretudo, nos quintais em transição agroecológica. Além disso, são protagonistas na defesa do território contra o latifúndio, através da Reforma Agrária Popular, construindo a luta por uma sociedade mais justa e igualitária no combate ao machismo, patriarcado e conservadorismo no campo.

A pesquisa que deu origem a este texto, pretendia ser não-colonizada/dora, participativa e feita



essencialmente pelos sujeitos, se propunha a problematizar as construções sociais, históricas, conservadoras e machistas a respeito dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher no campo. A decisão em realizar a pesquisa nesse território foi tomada a partir de vivências construídas em distintos momentos, que nos mostraram a pertinência de um estudo sobre os quintais em transição agroecológica do Assentamento Bernardo Marin II, a partir do trabalho das mulheres.

METODOLOGIA

Este trabalho surgiu a partir das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA, e de nossa atuação política, junto ao Assentamento Bernardo Marin II. Para a realização da pesquisa, percorremos alguns caminhos que foram divididos em três partes: 1) levantamento e leitura do material bibliográfico; 2) trabalhos de campo; 3) construção de mapas mentais.

O levantamento bibliográfico teve grande relevância, haja vista ter a finalidade de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185). A procura por artigos, revistas, periódicos, dissertações, teses, dentre outros, complementaram esta etapa da pesquisa, cuja consulta foi feita em bibliotecas públicas, como as da Universidade Estadual do Ceará – UECE, da Universidade Federal do Ceará – UFC, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, e do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto. A consulta também ocorreu em meios eletrônicos como no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no portal Domínio Público e no Google Acadêmico.

A partir da coleta de todas essas obras, foi feita a organização e manutenção de um banco bibliográfico, que resultou em um acervo abordando distintas temáticas de interesse para a pesquisa. Também houve a utilização de ferramentas para a obtenção de informações relacionadas aos assuntos da pesquisa, como exemplo o Google alerta, contribuindo para a ampliar a quantidade de obras que fundamentaram o debate teórico da pesquisa.

Além do levantamento bibliográfico, o trabalho de campo foi de fundamental importância para a construção da pesquisa. É através dessa etapa que conseguimos “informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda descobrir novos fenômenos e relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 188). Nessa perspectiva, foram realizadas visitas ao Assentamento Bernardo Marin II em Russas/CE, principalmente num trabalho de campo concentrado, realizado do dia 28 de abril a 02 de maio de 2018 (05 dias), quando foi possível vivenciar esse território junto às camponesas e aos camponeses, além de possibilitar conhecer o cotidiano de trabalho das mulheres assentadas.

Durante esse trabalho de campo concentrado, no dia 28 de abril, participamos do aniversário dos 14 anos de existência do Assentamento, no qual vivenciamos o trabalho na cozinha coletiva e o ato político com a participação na mística. No dia 29 de abril foi realizada uma conversa com uma mulher do Assentamento Bernardo Marin II. Já no dia 30 de abril de 2018 foi feita a visita aos espaços do Assentamento com o registro fotográfico pelo período da manhã e, a visita e conversa com mais duas mulheres pela tarde. No dia 01 de maio de 2014 foi realizada, no período da manhã, a visita e conversa



com outras duas mulheres e, no período da tarde, uma visita a área chamada de “240”, com o registro fotográfico e uma conversa com os(as) camponeses(as). Já o dia 02 de maio de 2018 foi separado para um momento de vivência nas áreas de produção do Assentamento Bernardo Marin II.

Nesse sentido, foram entrevistadas cinco mulheres. Para preservar a identidade das mesmas, optamos por trocar o nome dessas mulheres entrevistadas por nomes de flores – essa proposta foi dialogada com as assentadas que construíram conosco esta pesquisa, onde cada flor foi escolhida de acordo com o gosto de cada mulher, seguem os nomes: Rosa Vermelha I, Rosa Vermelha II, Margarida, Flor de Maracujá e Girassol, cujas falas estão transcritas ao longo deste trabalho.

Além disso, foi construído em conjunto com duas mulheres entrevistadas dois mapas mentais com o tema “Quais territórios eu ocupo?”. A elaboração desses mapas se deu da seguinte forma: a) acolhimento com as mulheres e a explicação da atividade; b) elaboração dos mapas; c) debate com as mulheres sobre seus territórios de maior vivência na perspectiva da divisão sexual do trabalho. Esses mapas mentais tinham como finalidade mostrar os territórios/territorialidades do trabalho na casa das mulheres e em seus quintais em transição agroecológica.

Além dos trabalhos de campo, participamos de manifestações, espaços de discussão, eventos e manifestos na região do Baixo Jaguaribe/CE, no qual está inserido o Assentamento Bernardo Marin II, o que contribuiu para ampliar nosso olhar sobre as lutas que permeiam a questão agrária dessa região. Entre esses momentos, destacamos: 22º Grito dos(as) excluídos(as) em Tabuleiro do Norte/CE no dia 7 de setembro de 2016; 23º Grito dos(as) excluídos(as) em Aracati/CE no dia 7 de setembro de 2017; quatro edições da Semana Zé Maria do Tomé nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, realizadas na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte/CE; 14º aniversário do Assentamento Bernardo Marin II; quatro Romarias em defesa da Chapada do Apodi/CE nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Essa atuação política manifesta nosso cuidado em realizar uma pesquisa-ação que transcenda os muros da universidade e os modelos colonizados de pesquisa acadêmica, estando verdadeiramente em pesquisa participante nos territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Agora tá bom porque antigamente tinha muito machismo, os homens queriam ser melhores que as mulheres, não deixava a gente fazer algumas coisas na nossa roça, mas aí melhorou. Até eu disse assim: “Vocês pensam que mulher é só para cozinhar? Mulher é para todo tipo de trabalho” (Margarida, Assentamento Bernardo Marin II, 2018).

A partir deste relato, observamos claramente a reafirmação do trabalho da mulher camponesa. Propensas a ocupar outros espaços que historicamente estavam dominados pelo homem, as mulheres reconstróem esses paradigmas sociais conservadores e assumem novas dinâmicas de trabalho no espaço agrário.

Nesse sentido, é expressa uma relação intrínseca das relações de poder dos atributos socioculturais socialmente construídos, reafirmando a proposta da discussão de gênero sob a perspectiva de Scott (1995) no qual propõe que essas relações são construídas por atributos históricos manifestados

na prerrogativa da ocupação de espaços diferenciados para homens e mulheres.

O trabalho das mulheres no Assentamento Bernardo Marin II mostrou-se dinâmico e diversificado, haja vista que elas atuam em espaços distintos e realizam inúmeras funções, sejam elas políticas e/ou produtivas. Nesse sentido, conforme França et. al. (2015), essas mulheres constroem territórios/territorialidades ao tecer suas relações sociais de poder no bojo do seu trabalho, em seus quintais em transição agroecológica, nas áreas de produção coletiva, no cuidado com a casa e a família, na participação das reuniões comunitárias no Assentamento, dentre outros.

Observamos que as mulheres são as responsáveis prioritárias em seus quintais em transição agroecológica, que se apresentam como a extensão da cozinha. A reflexão de Silva (2014) traz essa relação intrínseca das mulheres com estes territórios e trata sobre o prazer que as mesmas encontram nesses espaços. Isso foi verificado também através da construção dos mapas mentais (figuras 1 e 2) para a compreensão dos territórios/territorialidades formados a partir do trabalho das mulheres. Segundo Paes, Filipak e Aleixo (2017), a proposta de construção dos mapas mentais visa analisar os espaços ocupados e as tarefas realizadas pelas agricultoras sob a ótica dessas mulheres, a partir de sua própria percepção e de seu auto reconhecimento.

Essas construções culturais podem ser rompidas através dos questionamentos dos papéis sociais do gênero. Os mapas mentais se colocaram como ferramentas para uma proposta de reflexão das mulheres sobre os territórios que as mesmas ocupam, de modo a perceberem e questionarem os lugares que não foram representados por elas e o valor do seu trabalho. Ainda de acordo com Paes, Filipak e Aleixo (2017), a importância da percepção das mulheres sobre seus espaços e seu trabalho é uma ferramenta essencial para a sua emancipação.

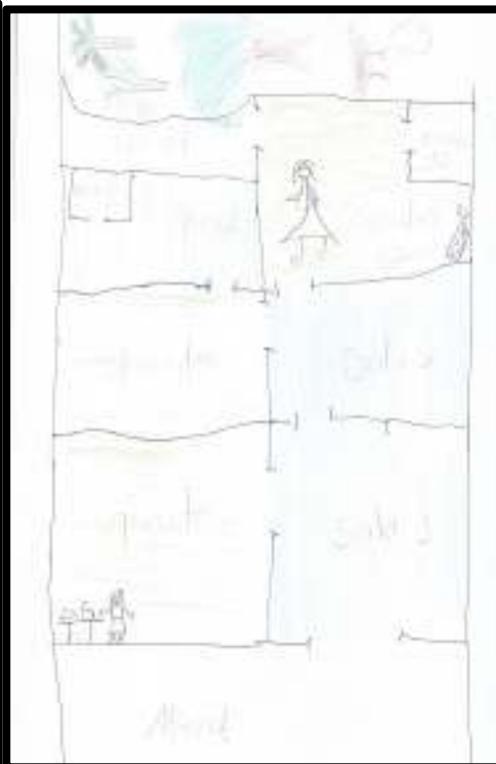
Nesses mapas estão expressas a representação do trabalho de duas das mulheres do Assentamento Bernardo Marin II. Verificamos que nos mapas o mesmo padrão se repetiu a respeito dos territórios ocupados por elas. Observamos que a representação de cada uma delas na perspectiva do trabalho sempre estava associada ao quintal como extensão da cozinha. Identificamos que os territórios de liberdade para as mulheres são os quintais em transição agroecológica, nos quais seu trabalho se mostra precursor nas atividades desempenhadas nesses territórios as quais contribuem para a manutenção da reprodução de suas famílias.

Observamos, nessa constatação, o que Mesquita e Almeida (2017) refletem sobre os territórios rurais no qual o território é a representação do ser social enquanto agricultores e agricultoras. Para as mulheres que vivem e trabalham na terra no Assentamento Bernardo Marin II, o território se configura como o local da vida, da produção e da reprodução familiar.



Figura 1 – Mapa Mental construído por “Margarida”.

Figura 2 – Mapa Mental construído for “Rosa Vermelha I”.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A expressão de cada mulher que conversamos narra o prazer que elas tinham, sobretudo de cozinhar e cuidar dos seus quintais ficando claro suas territorialidades e a reafirmação de seu trabalho camponês nesses espaços. Lopes Neto et. al. (2015, p. 2) afirma que

Os quintais produzem para o autoconsumo, para manutenção das famílias durante os períodos de escassez, para garantir a soberania alimentar das famílias, mas não para o mercado. Assim, a invisibilidade da produção nos quintais parte do não reconhecimento do trabalho realizado no território privado, sendo esse historicamente reconhecido como de dever das mulheres.

Os quintais em transição agroecológica estavam dispostos em uma diversidade de culturas de plantio (figura 3). Prezar pela diversidade de plantas e animais, é imprescindível para as mulheres do Assentamento Bernardo Marin II. Encontramos em seus quintais plantações de sequeiros (milho, feijão, mandioca), assim como frutas (acerola, melancia, caju) e criação de animais (aves, caprinos, bovinos). Uma agricultura livre da utilização de venenos, baseada no modo de produção camponesa e do saber popular, em harmonia com o ambiente.

Figura 3 – Quintal em transição agroecológica no Assentamento Bernardo Marin II.



Fonte: Jardel Sousa da Silva, 2018.

As mulheres do Assentamento Bernardo Marin II expressam, através do seu trabalho, as dinâmicas relacionadas ao espaço agrário e quebram paradigmas sociais, ao proporem novas releituras sobre as relações de trabalho no campo, no qual reafirmam o que é ser mulher camponesa. Ser essa mulher camponesa vai para além de definições conceituais, pragmáticas, acadêmicas, estando atrelado à vivência cotidiana das mulheres no campo. As mulheres do Assentamento Bernardo Marin II expressam, através de sua vida, toda a resistência da mulher camponesa e se consideram como tal. Vejamos a seguir:

Para mim, uma mulher camponesa é uma mulher guerreira. É uma mulher que luta, que batalha, uma mulher que vai em busca dos seus direitos. Eu sou uma mulher camponesa. Hoje eu me considero, moro no campo, valorizo a terra, valorizo o que Deus me deu. E assim, se eu chegar hoje lá fora eu digo que sou mulher camponesa. Eu aprendi no campo a lutar não só pelos meus direitos, mas pelos direitos de todo mundo (Rosa Vermelha I, Assentamento Bernardo Marin II, 2018).

É cuidar da casa, cuidar da horta, ir para as acerolas. Eu gosto de tudo isso. Eu não posso ficar parada não, no dia que eu amanhecer deitada nessa casa é porque eu tô doente. Eu ignoro quando um homem passa o dia todinho deitado numa rede ali e me pergunto como que a pessoa consegue viver deitada numa rede sem ir trabalhar (Girassol, Assentamento Bernardo Marin II, 2018).

Os territórios/territorialidades aqui apresentados são frutos de uma consciência política na qual as mulheres se reafirmam enquanto mulheres, camponesas e, sobretudo, no empoderamento ao quebrar os paradigmas machistas e conservadores nos mais variados territórios do campo. A narrativa da história do povo que resiste no Assentamento Bernardo Marin II configura a expressão da resistência camponesa. Cada relato de vida das mulheres que participaram conosco desta pesquisa expressa a luta viva contra as mais variadas formas de opressão no campo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trilhar dessa pesquisa nos conduz a compreender que a luta camponesa se reaviva, a mulher camponesa conquista seus espaços de idealização e a agricultura familiar camponesa se reproduz e nos traz elementos para a construção do Projeto Popular Camponês(a). A experiência que relatamos durante todo este trabalho nos permitiu reencontrarmos com nossos próprios "eus". Ao nos conectarmos com o território, visitar cada casa, conversar com as mulheres, partilhar os momentos, nos reaproximamos com a natureza e nos reconectamos com os seres humanos. Naquele instante encontramos a situação ideal para expressarmos ao universo e a todo o povo do Assentamento Bernardo Marin II a nossa gratidão.

Cada fala, expressão, partilha e experiência, contribuiu de forma singular para reunir elementos para a construção deste trabalho. O texto aqui apresentado faz parte de uma construção científica coletiva, feita essencialmente pelos sujeitos, que também são pesquisadores populares. De nada pode valer as grandes teorias, as grandes reflexões, se não estiverem atreladas a uma prática social crítica e empírica.

Acreditamos que toda essa construção nos ajudou a compreender o território em um determinado momento, mesmo que não encontrando todas as respostas, pois compreendemos que o mesmo é fluído e dinâmico. Por esse motivo, não podemos declarar uma pesquisa como concluída, pois inúmeros fenômenos podem ir com o tempo se alterando ou tomando novas formas. A necessidade de acompanhar o território vai além das relações acadêmicas e da continuidade da pesquisa, pois alcança um vínculo afetivo, militante e social.

Identificamos que a territorialização das mulheres se faz diversificada e presente por todas as áreas do Assentamento Bernardo Marin II. Sua participação é compreendida de forma efetiva nos Núcleos de Base (NBs), nas ocupações referentes à conquista de políticas públicas, infraestruturas para o território, no protagonismo nas áreas de produção coletiva, na roça, no cuidado com as plantas e com os animais, na cozinha, nos trabalhos artesanais e nos quintais.

No Assentamento Bernardo Marin II podemos perceber o protagonismo da mulher do campo em duas múltiplas atividades, onde quebra paradigmas impostos pelas estruturas conservadoras históricas e almeja as possibilidades de ocupação dos mais variados espaços no campo.

Diante do exposto, ressaltamos que nossa pesquisa apenas teve início, os debates futuros a partir desta análise que realizamos deve continuar. Aqui nos propusemos a auxiliar nas demandas do território, tentamos evidenciar a história de um povo que resiste e vive do campesinato, as memórias, os sujeitos, o trabalho das mulheres. Mas, além disso, a pesquisa nos revelou a identidade camponesa, a luta do campo e a resistência na esperança de construção de um outro amanhã.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: _____. (Org.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: MDA/EMATER-RS, 2009. p. 09-64.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre a participação política e a condição de gênero. Estudos



Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 11-22, 1981.

FISCHER, I. R. Relações de gênero na agricultura no acampamento de sem-terra do Engenho Prado. In: PARRY S.; ROSINEIDE C. (Orgs.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2006, p. 193-204.

LOPES NETO, A. A.; et al. Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer. In: IX Congresso Brasileiro de Agroecologia e IV Seminário Estadual de Agroecologia, 2015, Belém. Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro: ABA-Agroecologia, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MELO, L. A. Relações de Gênero na Agricultura Familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE. 2003. 215f. Tese. (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MESQUITA, R. N; ALMEIDA, M. G. S. N. Mulheres da roça que praticam a autossustentação familiar: uma perspectiva teórico analítica. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017, CURITIBA. Anais do SINGA 2017.

OSTERNE, M. S. F. Família, pobreza e gênero: O lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

SANTOS, L.R.S. O Território Camponês sob o enfoque de Gênero: a divisão sexual do trabalho e a agroecologia. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SCOTT, J. W. O gênero como categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Petrópolis, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília: Brasília, 2009.

SILVA, M. L. V. Gritos, Silêncio e Sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.